

IR na atividade rural

Luiz Augusto Germani*

O resultado da exploração das atividades rurais exercidas pela pessoa física é apurado mediante a escrituração de Livro-caixa, com lançamentos mensais de receitas, despesas e investimentos (tratados como despesas). A Receita Federal disponibiliza o documento na internet para preenchimento eletrônico.

O Livro-caixa deve ser numerado sequencialmente e conter, no início e no encerramento, anotações em forma de "Termos" que identifiquem o contribuinte e a finalidade do livro. Seu preenchimento pode ser dispensado quando o faturamento na atividade não exceder um determinado limite fixado pela Receita Federal em cada Exercício (para o ano base de 2005, espera-se algo em torno de R\$60.000,00). Não se pode esquecer de manter nos arquivos as provas documentais (notas fiscais, recibos etc.), usadas para apurar o resultado da atividade.

Apesar de ser um método de apuração mais complexo e burocrático, é possível à pessoa física apurar o resultado da atividade pela forma contábil, com registro dos lançamentos em livros próprios (Diário, Caixa, Razão etc.), de acordo com as normas contábeis, comerciais e fiscais.

O resultado na atividade rural será integrado à base de cálculo do imposto na Declaração de Ajuste Anual, quando for positiva.

Há algumas situações a serem tratadas com atenção pelo produtor rural:

1. Direitos sucessórios: no curso de um inventário, além dos rendimentos auferidos, próprios do espólio, 50% dos produzidos pelos bens comuns, maritais, são incluídos na declaração do espólio, podendo ser tributados em sua totalidade.

No caso de encerramento de espólio, o resultado da atividade rural

exercida até a data da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração Final de Espólio.

Quando ocorrer transmissão do imóvel rural (por herança) com prejuízo, os rendimentos não apropriados podem sê-lo pelo espólio, e, após o encerramento do inventário, pelo meeiro ou herdeiro, proporcionalmente à parcela da unidade rural recebida, desde que se continue a explorar o imóvel com atividade rural.

2. Arrendatário, condômino, cônjuge e parceiros na exploração de atividade rural devem apurar o resultado, separadamente, na proporção das receitas e despesas que couberem a cada um. No caso de rendimentos comuns decorrentes do regime de casamento, o resultado, opcionalmente, pode ser apurado e tributado na sua totalidade, em nome de um dos cônjuges, que declara os demais rendimentos comuns ao casal.

3. O usufrutuário deve apurar o resultado da atividade rural, desde que exerça essa atividade no imóvel rural objeto do usufruto; caso contrário, o rendimento se sujeita ao carnê-leão, se recebido de pessoa física, ou à retenção na fonte, se pago por pessoa jurídica, e, também, ao ajuste na declaração anual. Ressalte-se que o usufruto deve estar formalizado por escritura pública transcrita no registro de imóvel competente.

4. As atividades de turismo rural e de hotel-fazenda não constituem atividade rural. Os imóveis destinados exclusivamente a lazer devem constar na Declaração de Bens e Direitos da Declaração de Ajuste Anual do contribuinte com a informação de que não é usado para exploração rural.

5. No caso de financiamentos rurais, os créditos obtidos devem ser destinados exclusivamente à atividade ru-

ral, ou seja, aplicados em custeio ou investimentos, como estabelece o Art. 1º do Decreto-lei nº 167, de 1967, que regula o crédito rural. Assim, os respectivos valores não podem justificar acréscimo patrimonial, devendo ser informados em Dívidas Vinculadas à Atividade Rural do Demonstrativo da Atividade Rural.

6. Os produtos da atividade rural, estocados e ainda não vendidos, inclusive o produzido no ano-calendário a que se referir a declaração, devem constar no quadro Bens da Atividade Rural, do Demonstrativo da Atividade Rural, com a discriminação da quantidade e espécie dos produtos existentes no final do ano, sem qualquer valor.

7. O produtor rural que vender seu imóvel durante o ano-calendário deverá apresentar normalmente o Demonstrativo da Atividade Rural, se a isto estiver obrigado, e lançar, na Declaração de Ajuste Anual, o resultado positivo apurado até a data da venda. Além disso, deverá apurar o ganho de capital quanto à alienação da terra nua, se for o caso, bem como tributada a receita com a venda de bens e benfeitorias, caso isso tenha ocorrido. O mesmo procedimento será observado no caso de compra no ano-calendário.

No caso de a atividade rural ser exercida por pessoa jurídica, o Imposto de Renda é tratado nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, inclusive, sujeitando-se ao adicional do imposto de renda à alíquota de 10%, mesmo se for um condomínio ou consórcio constituído por agricultores e trabalhadores rurais. ■

ONDE SABER MAIS:

www.receita.fazenda.gov.br

Advogado Agrário. e-mail:

germani@germaninet.com.br